



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

## **Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**1 de agosto de 2016**

No dia primeiro de agosto de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes, da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira de Moura; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cesar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Vila Velha, sra. Ana Raquel Medeiros; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apreciação minuta de resolução para concessão de afastamento parcial; 3. Aprovação da Alteração do PDTI provisório; 4. Apreciação minuta da Política de Comunicação; 5. Concursos Públicos; 6. Proposta de distribuição de vagas de docentes.** Abre o **item 1** e relata encontro com o secretário da Setec em reunião com parte da diretoria do Conif, revelando um certo mal estar com o NEPI, que fora criado pela Setec a partir de um conjunto de cd's, destacando o papel importante do instituto nas ações de políticas de inovação, dentre elas, os polos de inovação. Esclarece que a Setec não possui cd's, e que esses cargos de direção ficam em um instituto ou universidade, nesse caso, na IFB, destacando que esse sistema funcionou muito bem, sem a necessidade de dar satisfação ao Conif. Acrescenta que quando a equipe da Setec foi exonerada e nova iniciou os trabalhos, o IFB denunciou o convênio que foi extinto, pois há uma grande discussão no Conif sobre cargos de direção, uma vez que o quadro de cd's atual é baseado em um modelo de rede três vezes menor. Relata que há diretores com FG 1, pró-reitores com CD 3 como consequência dessa situação, ou seja, aumento dos campi sem aumento dos cargos de confiança, ressalta que esse problema não afeta o Ifes, mas há campi de institutos que terão que devolver CD's. Quando a nova equipe começou a reestruturar o Inep com os cargos, muitas instituições com carências de CD's questionaram as nomeações, assim, a Setec esclareceu que não eram novos cargos, mas somente a manutenção das mesmas CD's para as mesmas pessoas. Revela que o professor Roberto do campus Vila Velha foi solicitado para compor a equipe do NEPI e dever ir para Brasília. Relata a entrega a Setec de proposta sobre a utilização de professor substituto em relação ao banco cuja reserva é de 20 por cento dos 298 professores, dos quais

o Ifes utiliza muito pouco. Esclarece que a proposta foi elaborada a partir da ciência de que não haveria portaria para o aumento de banco, e que caso seja aprovada possibilitará a utilização do banco substituto, revelando que, o Ifes poderia contratar mais 60 professores sem prejudicar o banco. Esclarece que o valor de custo do banco é um recurso orçamentário entregue apesar de não ser executado. Informa que o Ministro deve conversar com os reitores para definir pela utilização ou não do banco, destacando que essa medida resolveria o problema de muitas instituições, apesar de que, algumas delas estão com o banco estourado, ou seja, ilegal de acordo com a CGU. Revela que, juntamente com o pró-reitor Lezi, conversou com o Secretário sobre recursos, afirmando que não há previsão de se disponibilizar recursos para a rede, acrescentando que, como luz no fim do túnel, a arrecadação, no último quadrimestre, parou de cair, o que pode indicar um aumento futuro de arrecadação. Revela que Secretário é gestor da rede, diretor de administração do IFPE do campus Ipojuca, acrescentando que a rede atual tem muitas pessoas de Pernambuco, fato que, apesar de não ser ilegal, demonstra um conhecimento restrito da rede. Relata que a equipe anterior da Setec tinha acordado em fornecer os TED's específicos das obras em andamento por volta de 13 milhões de reais, acrescentando que 40% desse valor foram repassados aos institutos federais. No entanto, relata que somente fornecerão 70% dos 60% restantes. Quanto ao custeio, afirma que o montante disponibilizado será de 90 % do acordado e que para a assistência estudantil está assegurado 100% do valor. O diretor Wellinton relata que recebeu um comunicado da Prodi a respeito dos estagiários, argumentando que acreditava que tal medida só teria validade a partir do próximo contrato. O Presidente esclarece que não é a partir do próximo contrato, mas sim, a partir do vencimento dos atuais contratos. O diretor Ricardo relata que o acordo sobre a questão dos estagiários, decidido em reunião com poucos presentes e que por não ter participado, não tem informações sobre ele como será sua abrangência. O Presidente responde que naquela reunião foi apresentado o tamanho do problema e que os presentes entenderam a situação e concordaram com os termos do acordo, no entanto, nada impede que essa questão seja discutida em outra oportunidade. Abre o **item 4** e passa a palavra para a servidora Nathália, chefe da Assessoria de Comunicação, que ao cumprimentar e se apresentar aos presentes inicia a apresentação sobre a política de comunicação. Relata que todos os dirigentes estiverem envolvidos na primeira etapa da política e que agora, a partir da consolidação desse documento, que fora encaminhado por e-mail, chega-se ao final desse trabalho. Relata um pouco do trabalho realizado e para contextualizar a apresentação, define comunicação como um processo de corresponsabilidade. A seguir, apresenta a finalidade, o fortalecimento da identidade institucional, demonstrando as etapas e o quantitativo de participantes. Destaca que todo o processo é uma construção coletiva, ressaltando seu caráter democrático, apresentando suas características e os resultados das consultas públicas. Explicita o plano de comunicação do Ifes e o plano de comunicação do campus, sendo estes subsidiados pela política de comunicação do Ifes. Apresenta detalhadamente cada uma das cinco importantes ações de comunicação do plano, ou seja, 1- divulgação da política de comunicação; 2- incremento da relação do ifes com seus públicos estratégicos; 3 - elaboração de produtos de comunicação; 4 - avaliação da eficácia das ações, estratégias e produtos de comunicação; e 5 - gestão da comunicação do Ifes. Logo a seguir, coloca-se à disposição para esclarecimentos. O Presidente informa que após apreciação do Colégio de Dirigentes a política de comunicação será encaminhada para o Conselho Superior, acrescentando que haverá uma lista de atividades necessárias para se atingir o objetivo geral e outras para se atingir outros alvos específicos, ressaltando que tudo será discutido neste colégio. Relata a necessidade de conscientização das instituições públicas em realizar seu marketing, ou seja, publicizar qual é a sua função social, onde está sendo aplicado o dinheiro público, ressaltando que as instituições públicas tem a obrigação de prestar contas à sociedade. Relata que no cenário atual se verificam ações

que visam acabar com a educação pública, destacando ser obrigação de todos os servidores apresentar para a sociedade a instituição em que trabalham. Reconhece que essa atitude, que exige uma mudança de comportamento, de cultura, não é simples, uma vez que as instituições públicas estão inseridas em uma cultura pela qual não devem prestar conta nem provar nada a ninguém. O diretor Wellington relata que esse tipo de comunicação é diferente daquela realizada pela iniciativa privada, pois se caracteriza pela prestação de contas, acrescentando que apesar das dificuldades nos campi, o Ifes deve avançar em outros estágios da comunicação. O diretor Ricardo destaca a maneira pela qual os trabalhos foram conduzidos, os quais, efetivamente, sensibilizaram muitos servidores do campus Vitória, garantindo a participação destes, revelando que, durante os seis meses do processo, ouviu relatos de muitos servidores satisfeitos com a oportunidade de participação. Acrescenta que, apesar dos dirigentes serem impedidos da participação no grupo focal, a devolutiva permitiu que a gestão comprovasse situações as quais só haviam suspeitas. A servidora Monia agradece a todos por acreditarem no projeto, destacando o apoio dos dirigentes, pró-reitores e suas equipes, que auxiliaram os trabalhos realizados nos campi. Informa que todos os diretores-gerais já receberam os resultados da pesquisa em formato pdf para ser divulgado em seus respectivos campi, destacando que essas ações são sementes cujos frutos espera-se colher no futuro do Ifes. Convida a todos para o lançamento oficial da Política da Informação do Ifes, no dia 26 de agosto, no campus Vitória, evento com duração de 3 horas, a partir das 13 horas, destacando que cada campus do interior pode trazer um diretor, um técnico e um aluno, por causa das limitações com diária, já os campi da Grande Vitória poderão convidar toda a comunidade acadêmica. O Presidente relata que os dirigentes devem definir como será a divulgação da devolutiva para a comunidade, pois há uma dúvida entre simplesmente divulgar ou realizar um evento, enfatizando que as pessoas querem saber o resultado. O diretor Luiz Braz informa que o fórum de dirigentes vai discutir isso na sua próxima reunião, no dia 11 de agosto. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para o diretor Joubert que ao se desculpar por não enviar previamente o arquivo, apresenta o relatório técnico do PDTI transitório, enfatizando que essa alteração foi motivada pelas demandas dos campi e da reitoria. Compromete-se a encaminhar o relatório, lembrando que os valores originalmente destacado no PDTI para o Ifes correspondiam a 29 milhões de reais, com a presente alteração, informa que o valor subiu para 35 milhões de reais. Revela que alguns campi diminuíram os valores originalmente propostos, enfatizando que o acréscimo de 6 milhões se deve, basicamente, as demandas não contempladas no PDTI, destacando que a maioria dos bens em TI são cotados em dólar e a variação cambial teve significativa influência no aumento de valores. Existe um passivo, desde 2008, que faz a conta ficar inflada, exemplificando a atualização de rede do campus Vitória. Esclarece que algumas demandas não são executadas pela ausência de um orçamento mínimo a ser destinado a área de TI, destacando que nelas, não há nada incomum. O Presidente destaca que esses valores correspondem a previsões que são legalmente exigidas. O Colégio de Dirigentes aprova, sem ressalvas, o PDTI provisório. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para a diretora Danusa que, após cumprimentar os presentes, relata que o documento é uma proposta de minuta com base na nota técnica do MPOG, e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. O diretor Ricardo questiona a necessidade da licença de saúde descrita no art. 3, § 2º, uma vez que servidor já estará em afastamento. A diretora Danusa exemplifica casos em que a pessoa não interrompe o afastamento para licença a saúde. O Presidente acrescenta que há casos em que servidores que não conseguiram concluir o curso apresentam atestados médicos como justificativa. O diretor Ricardo argumenta que isso acontece com o afastamento total, mas não se aplica para o afastamento parcial, uma vez que o atestado terá efeito tanto para os fins profissionais quanto acadêmicos. A diretora Danusa relata que há possibilidade tanto de afastamento parcial quanto total, destacando que essas alterações podem ser

feitas. O diretor Carnielli questiona o prazo para a prestação de contas para docentes e técnicos. A diretora Danusa explica ainda que a diferença é a lei que ao docente o afastamento total mesmo em estágio probatório, mas para técnico-administrativos não há essa garantia legal. Acrescenta que o PCCTAE define que a realização de prestação de contas seja realizada a cada 60 dias, reconhecendo ser um prazo muito curto e sugere que ele seja aumentado, pois, pode-se justificar para isso, além da razoabilidade, a inadequação da norma ao momento atual, visto que se trata de uma normativa elaborada na época do Cefetes, época em que o afastamento parcial era proibido. O diretor Elton concorda com o aumento do prazo de prestação de contas e questiona se no art. 1º também contempla lato sensu. A diretora Danusa explica que a nota técnica do MPOG só contempla stricto sensu, ressaltando que não há normativa legal que garanta afastamento para lato sensu, graduação e curso técnico. A diretora Maria Valdete relata que o afastamento está vinculado ao horário especial de estudante, questionando se há afastamento sem horário especial. A diretora Danusa responde que sim, acrescentando que caso não haja possibilidade de compensar a jornada, haverá afastamento, caso a compensação seja possível, haverá horário especial de estudante. O pró-reitor Márcio Có relata que no artigo 2º, o complemento de nota de programa de graduação é desnecessário e que não compreendeu as razões da norma interferir no afastamento. Questiona a necessidade de referenciar a portaria 17 do MEC. A diretora Danusa relata que alguns docentes vão preferir manter a carga horária de pesquisa e extensão e reduzir a de ensino, por isso, a intenção foi proteger o ensino. O diretor Welinton relata que o gestor de ensino do campus e diretor-geral não permitirão que se prejudique o aluno, solicitando que esse trecho seja retirado. O diretor Ricardo solicita alterar o art. 8º, excluindo a palavra técnico-administrativo, uma vez que se pode deixar o texto genérico, pois abrange tanto os técnicos quanto os docentes. O Presidente solicita que seja inserido o seguinte recomendação, ou seja, que seja encaminhada a CPPD para parecer em situação de recurso, caso a solicitação seja negada pelo diretor. A diretora Vanessa relata que não faz sentido um parecer favorável diante de uma recusa. O Presidente justifica que a comissão pode apontar argumentos que não foram contemplados anteriormente. A diretora Danusa sugere que a redação do texto seja que a CPPD assessore a tomada de decisão que será do diretor-geral do campus. O pró-reitor Márcio Có faz recomendações de numeração. O diretor Ricardo solicita que seja feita uma revisão textual e ortográfica pois a redação está um pouco confusa. A diretora Danusa detalha as alterações propostas: excluir o parágrafo 2º; tirar as normas do programa do art 2; alterar para seis meses a prestação de contas; refazer texto sobre a CPPD. O Colégio de Dirigentes aprova a minuta de resolução para concessão de afastamento parcial. O diretor Ronaldo divulga capacitação em mecânica que será realizada no campus Guarapari, cujo planejamento se iniciou há 3 ou 4 meses, destacando o envolvimento de 6 outros campi e a colaboração do professor Tadeu Vago. Revela que a empresa contratada será a Abendi por ser a única a oferecer esse tipo de capacitação e que o primeiro de cinco módulos será realizado no período de 15 a 19 de agosto, convidando todos para a aula inaugural. O professor Tadeu vago, ratifica que a abertura será dia 15 no campus Guarapari, revelando a intenção de se colocar o curso como um clip no site do MEC, pois é um curso pioneiro entre as instituições de ensino. O Presidente revela que é preciso definir a forma como será realizada a reposição do horário reduzido de janeiro. Solicita que três pessoas tratem desse assunto, sugerindo os diretores Danusa e Antônio de Freitas e o pró-reitor Márcio Có. O Colégio de Dirigentes aceita a sugestão do Presidente. O Presidente abre o **item 5** e relata que já era esperado algum tipo de restrição a concurso e que ela chegou por meio de um ofício circular pelo qual é solicitado informar todas as vagas disponíveis para concurso de 2016 e 2017 até amanhã, enfatizando que os editais devem ser publicados até 31 de agosto e que, caso não sejam publicados, não será permitido realizá-los. Revela o que o edital para técnico-administrativo é mais simples e que o processo já está

tramitando. No caso dos docentes o processo é mais complicado e trabalhoso e por isso precisamos elaborar um plano emergencial para que o edital seja publicado no prazo, destacando que o concurso pode ser realizado na data a ser definida pela instituição, mas o edital tem que ser publicado até 31 agosto. Revela que a expectativa por parte dos dirigentes da rede que o governo, na tentativa de economizar, não permitirá a realização de concursos em 2017. Relata os problemas dos concursos anteriores, ou seja, dificuldades de formato, lei de cotas, exemplificando que quando as cotas se limitavam aos PNE era mais fácil, mas que, com a inclusão das cotas de negros ficou muito mais difícil de definir e de controlar, ressaltando a ameaça do governo de que as vagas que não forem utilizadas serão recolhidas. Relata que a rede possui 6800 vagas de professores que não estão sendo utilizadas e em função disso o Mec não consegue convencer e demonstrar ao MPOG a necessidade das instituições, divulgando que há 75 vagas asseguradas para o Ifes. Informa que as vagas para técnico-administrativo estão mais controlada, pois há cargos que não são de interesse para as instituições e cuja troca não será viabilizada enquanto o projeto de lei que trata desse assunto não for aprovado, acrescentado que o governo tem pouco interesse na questão, pois havendo aprovação do PL e disponibilização de vagas, haverá concursos e conseqüentemente aumento de gastos. Revela que o concurso para técnico oferecerá 60 vagas que já estão distribuídas, destacando a alteração no formato do concurso, ou seja, um concurso único para toda a instituição. Detalha que, no caso de professores, será também concurso único para todos os perfis que serão definidos a partir das necessidades dos campi, destacando que não será divulgada a relação de vaga e campus, somente no resultado final, justificando que assim, caso surjam mais vagas até o resultado, elas poderão ser aproveitadas. A diretora Danusa relata que a remoção interna é também um dos impeditivos para a divulgação de vagas no edital. O Presidente acrescenta que para informar a quantidade de vagas no edital será necessário aguardar o resultado da remoção interna. Divulga que há uma grande quantidade de processos oriundos dos concursos anteriores, além dos problemas de perfis, citando o exemplo de dois perfis iguais para dois campi. Justifica a opção do concurso único como uma tentativa de se criar uma estrutura de concurso que permita a diminuição desses problemas, enfatizando que as vagas oriundas de cota serão verificadas no momento de nomear, ou seja, no final do concurso, e não no início como era a praxe institucional e que trazia muitos contratemplos. A servidora Lorena explica os problemas relacionados às listagens de cotas, as dificuldades na nomeação e as expectativas criadas pelos candidatos. Diante a probabilidade de não haver outro concurso até 2019, o diretor Ricardo questiona como ficará a questão de aposentadoria. O Presidente informa que até a aposentadoria estará sobre essas regras. A diretora Maria Valdete esclarece que se houver confluência de cargos é só nomear, caso contrário é um problema, acrescentando que para professor é mais complicado por causa dos perfis diferentes, para técnicos é mais fácil, pois é o mesmo cargo. O Presidente divulga que amanhã haverá discussão sobre a base nacional da educação no teatro Carlos Gomes, e solicita que aqueles que puderem comparecer o façam, pois é uma demanda importante que à tarde acontecerá no campus Vitória. Revela que há pouco tempo, a RNP encaminhou ofício para as instituições de ensino alertando para a possibilidade de interromper o fornecimento de links de internet, no entanto, a partir da repercussão dessa situação e das possíveis conseqüências, o governo federal repassou o valor correspondente para esse ano, garantindo o funcionamento da RNP, e atendendo a novos pontos, no caso do Ifes, o Cefor. Abre o **item 6** e passa a palavra para o diretor Lodovico que relata que há um mês, o fórum de diretores, decidiu criar uma comissão responsável por elaborar uma metodologia a ser utilizada na distribuição de vagas, cabendo ao fórum a decisão pela sua utilização. Informa que a metodologia foi elaborada e entregue ao diretor Luiz Braz, destacando que o grupo responsável cumpriu a tarefa, e alertando para a necessidade de se observar e respeitar os acordos firmados. Divulga que para

a execução da tarefa, esqueceu-se de convocar a diretora Denise, assumindo para si essa responsabilidade. A professora Ana Raquel relata que a diretora Denise conversou sobre a comissão e que só não participou da reunião, pois esperava uma convocação. O diretor Lodovico reitera sua responsabilidade pela ausência de convocação, destacando que a comissão foi formada pelos diretores: Lodovico Ortlieb, Maria Valdete Tannure, Antônio de Freitas e Edna dos Reis. O Presidente manifesta seu desejo de analisar a metodologia, a seguir, relata que, em virtude dos prazos estabelecidos pelo governo federal, o pró-reitor Ademar Stange elaborou uma proposta que contemplam todas as vagas de professores do Ifes, ou seja, aquelas que já estavam disponíveis e aquelas oriundas de vacância e redistribuição, destacando a possibilidade de alguma inconsistência em virtude do atraso de atualização do Siape em decorrência das recentes nomeações. Destaca que, em virtude dos problemas para atendimento dos portadores de necessidades especiais auditivas pelos profissionais de libras, estudou-se a possibilidade de um atendimento à distância, com 3 professores atendendo a todos os campi. O pró-reitor Ademar relata que a tarefa de elaborar e inserir os dados na planilha não é das mais simples, destacando que os números são frios e que a distribuição apresenta uma proposta cujos critérios e inserção de dados foi uma tarefa conjunta entre Prodi, Proen e Dgp. Detalha que a tabela é grande e complexa e que se baseia em dois indicadores, ou seja, o modelo estabelecido pelo Colégio de Dirigentes e o Rap dos campi. Explica a planilha, detalhando os números, apresentando os ajustes realizados, esclarecendo que a distribuição é proporcional em função do distanciamento do modelo. Os dirigentes discutem sobre a metodologia utilizada e os valores de Rap para cada campus. O Presidente informa que são 12h30, destacando que é impossível um entendimento geral da planilha, no máximo, uma compreensão particular, ou seja, do próprio campus. Assim, solicita calma para que a discussão não se limite às necessidades do próprio campus. Em virtude da pressa por uma definição e da quantidade de dados a serem analisados, propõe a suspensão da reunião por uma hora ou então marcar uma reunião para a próxima sexta-feira, na parte da manhã. O diretor Luiz Braz manifesta-se favorável a uma reunião da próxima sexta-feira, uma vez que os campi mais antigos terão dificuldades para verificar os dados da planilha. O Presidente concorda com o diretor Luiz Braz e marca a reunião para sexta-feira, dia 5 de agosto, às 8 horas. O pró-reitor Ademar se compromete a enviar a planilha e os dados relativos ao Rap para os diretores. A pró-reitora Araceli solicita que os dirigentes verifiquem os dados do Rap e caso haja divergências, pede as encaminhem à Proen para correção, esclarecendo que o cálculo do Rap é baseado na Portaria 25 do MEC. O diretor Ronaldo questiona se as turmas que vão entrar na segunda quinzena de agosto constam no cálculo. A pró-reitora Araceli responde que não, pois somente há diferença em caso de turmas novas. A diretora Edna relata que só existe um campus avançado, com apenas 20 professores, e por um motivo de licença, fato que poderia acontecer com qualquer campus, é necessário chamar outro professor, destacando a necessidade de se elaborar perfis com muito cuidado. O diretor Moacyr questiona como será tratado o caso do aluno de internato que vive 24 horas no campus e que demandam de atividades extracurriculares. O Presidente responde que não é um assunto simples e que atualmente não está sendo considerado formalmente. O diretor José Orlandi questiona sobre o enxugamento do banco em relação ao substituto com o objetivo de diminuir o banco de substituto e, conseqüentemente, aumentar o número de vagas. O Presidente informa que essa proposta foi feita e que cabe ao Ministro aceitá-la. O diretor Welinton relata a necessidade de se conhecer os gargalos dos campi, especificando aqueles que não conseguem substitutos para a área, acrescentando que há necessidades reais como o curso de geografia do campus Nova Venécia. O Presidente solicita que os dirigentes encaminhem as demandas e respectivas justificativas para o pró-reitor Ademar, e estabelece que amanhã seja o limite para esses encaminhamentos, ou seja, vagas de cursos novos e justificativas. A diretora Danusa informa que não haverá reserva técnica na reitoria. O

Presidente informa que dia 11 de agosto será comemorado os 10 anos de Cefor, de Uab, 5 anos de Educimat, e que haverá uma reunião do fórum no Cefor. Destaca que a cerimônia terá início às 17h00 e o cocktail às 19h00, divulgado que dia 12 de agosto será a inauguração do bloco do campus Montanha. O pró-Ademar relata que o regimento interno foi definido em reunião do Colégio de Dirigentes. O diretor Ricardo relata que há erros gravíssimos no texto do regimento publicado, que muitas sugestões não foram contempladas. O Presidente solicita que caso alguém tenha algum questionamento sobre o regimento, como é o caso do campus Vitória, que entre em contato com o pró-reitor Ademar. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.